

Catecumenato Permanente — Conseqüências e Resultados

Huberto Kirchheim

1. Introdução

Falar de conseqüências e resultados passa a ser um pouco mais difícil depois do posicionamento pessoal do colega Baeske. Mas talvez este posicionamento também ajude a entender algumas manifestações de resultados e conseqüências.

A história do Catecumenato Permanente no seu conteúdo, na sua proposta e nos diversos aspectos já foi suficientemente destacada pelos painelistas que me antecederam. Posso, pois, embarcar diretamente na pergunta por conseqüências e resultados. De certa maneira esses painelistas também deixaram transparecer algumas questões relacionadas com resultados e conseqüências: alguma coisa de fato vingou e deu fruto. Nesse contexto, devo honrar também o que já foi feito por outros colegas: a palestra do colega Martin Volkmann intitulada “Catecumenato Permanente — um Desafio que Permanece”, apresentada na aula inaugural do 1º semestre de 1994, na Escola Superior de Teologia (EST). Muita coisa já foi adiantada ali. O quarto capítulo dessa palestra tem exatamente esse título: “Conseqüências e Resultados”. Por conseguinte, na intenção de recuperar alguns aspectos já assinalados, não posso deixar de recorrer também a essa listagem de assuntos. Vou buscar complementá-los. Será que há ainda outras conseqüências, outros resultados dignos de serem lembrados? Tento perseguir um pouco esta pergunta a partir da minha própria experiência pastoral na época.

Nesse processo, cabe levantar a pergunta: o que facilitou e o que dificultou resultados concretos da proposta do Catecumenato? Por que essa teologia orientadora de comunidade, de missão, de vida, de fé, de discipulado não vingou? Perguntando assim, já antecipo de certa forma que a proposta como tal fracassou. Não vingou. Não teve os resultados esperados. Ou será que deu os resultados esperados? Não por último cabe perguntar ainda pelos sinais de esperança. Há perspectiva de renovação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)? Vamos encontrar um novo jeito de se viver? Aliás, isto nos parece ter sido a proposta fundamental do Catecumenato Permanente na época.

2. Consequências do Ponto de Vista Estrutural/Institucional

Algumas decisões a nível estrutural foram tomadas e aconteceram em decorrência da aprovação da moção do Catecumenato Permanente. O pastor Volkmann já apontou várias delas. Faço uso desta listagem com a liberdade de comentá-las.

a) A criação do Centro de Elaboração de Material (CEM). Com o objetivo de criar material simples para as comunidades a fim de incrementar toda a idéia do Catecumenato, colocá-la nas comunidades num processo de conscientização em todos os níveis da IECLB, foi inicialmente liberado o então pastor Édio Schwantes. Foi dada a ele uma salinha, no prédio defronte ao Centro Diretivo da EST, uma máquina de escrever, uma escrivaninha, uma cadeira, papel e nada mais. Como ele mesmo tentou interpretar isso — e nós percebemos isso em suas colocações neste painel —: sem definir, sem dizer para que, para quem, para onde, em que sentido. Será que essa não foi uma forma sutil de matar aos poucos o ânimo e a persistência das pessoas? Será que não foi uma forma de congelar as pessoas importantes nesse processo? Em meio a esse clima de falta de apoio por parte da direção da Igreja, surgiu mesmo assim o caderno *Aprendizagem e Vivência do Evangelho* como primeiro sinal concreto na tentativa de facilitar esse processo a nível de comunidade da IECLB. Mas, pela razão acima colocada, também não teve a penetração que se esperava. Assim iniciou o Centro de Elaboração de Material da IECLB. Mas será que realmente estava a serviço do Catecumenato Permanente e da sua teologia orientadora e sua proposta missionária? Tenho a impressão de que muito cedo o CEM foi cooptado para servir à própria estrutura em termos de motivação dos temas do ano. O CEM foi praticamente absorvido nesta tarefa.

b) Na mesma época foi criado, na Região Eclesiástica (RE) IV, o Departamento de Promoção Comunitária. Tinha o objetivo de trabalhar essa teologia orientadora em termos de comunidade, obreiros, leigos, lideranças. Tinha o objetivo — conforme diz no próprio Documento em termos de encaminhamento — de incrementar a formação teológica dos obreiros e membros; desenvolver e testar estruturas que promovessem a comunhão; intensificar e aperfeiçoar a diaconia; formar equipes de trabalho e outros pontos mais. Penso que, por ter sido membro da comissão de elaboração do Documento, fui convidado a assumir naquela época essa tarefa a nível institucional. Na minha opinião, o positivo foi que uma Região Eclesiástica tentou dar prioridade à idéia do Catecumenato Permanente, apostar nela de maneira significativa.

Eu poderia lembrar algumas iniciativas importantes e significativas para a Igreja que também aqui já foram lembradas em certo momento. Por exemplo, o aspecto de apostar mais na equipe de trabalho, no trabalhar em conjunto, nos diferentes dons. Isso se começou a buscar na própria sede regional. Apostar um pouco mais num projeto de plano de ação, ouvindo a comunidade; partindo da

base e devolvendo novamente às comunidades a coleta de sugestões com objetivos, planejamento, estratégias de ação, numa nova proposta de caminhada. Penso também nas reciclagens de pastores e pastoras sob o enfoque da teologia orientadora do Catecumenato Permanente. Em seminários com as mais variadas lideranças na busca de uma comunidade, comunhão, vivência do discipulado, trabalhando a idéia dos núcleos de comunidade, buscamos uma maneira onde de fato a Igreja poderia realizar o acontecer comunidade. Tratamos das diferentes pastorais com seus acentos, em busca de uma dinâmica nova. Certamente há sinais animadores. Penso em grupos e núcleos; penso individualmente em pessoas que foram encorajadas e motivadas a assumir tarefas novas, a envolver-se mais significativamente. Penso em muitos leigos que passaram a assumir a coordenação de núcleos, passaram a coordenar cultos, cultos novos, cultos diferentes. Penso também em muitos colegas pastores que, na época, foram desafiados, foram transformados na sua postura pastoral, na sua maneira de exercer o ministério. Procuravam apostar mais no ser sujeito, no processo em comunhão, em conjunto; mudaram a sua dinâmica de trabalho, a sua postura pastoral.

Mas a pergunta fundamental evidentemente é essa que vem nos perseguindo e que já foi colocada por diversas vezes: será que isso transformou a nossa Igreja? Houve mudanças radicais na Igreja que a tornassem mais missionária, mais participativa? Lembro, neste contexto, que muitos leigos manifestavam frustrações na época. Porque os seus pastores, nas suas paróquias, não lhes davam o devido espaço, a devida atenção e valorização.

c) A instalação do Instituto Superior de Catequese e Estudos Teológicos (ISCET), em 1977, onde se buscava formação para obreiros catequistas a nível de terceiro grau. Como diz muito acertadamente o pastor Volkmann, o ISCET foi gestado neste período e seu princípio de formação foi concebido no espírito do Catecumenato Permanente. A idéia fundamental é a de ter obreiros qualificados para a área da educação, entendida como processo de ensino-aprendizagem. A continuidade da formação no ISCET também foi abandonada. Quais as reais razões? Será que tinha a ver com a própria proposta do Catecumenato Permanente, por demais revolucionária para a época? Ou foi por questão de orçamento, inabilidade ou falta de apoio comunitário?

d) Instalação do Seminário Bíblico Diaconal, onde se buscava a valorização da dimensão diaconal da Igreja. Este era um dos aspectos de preocupação no Catecumenato Permanente, dentro da compreensão de ministério englobando o pastoral, o catequético e o diaconal e voltado à edificação da comunidade para a sua tarefa missionária no mundo.

e) Eventualmente ainda poderia ser mencionado, por exemplo, o apoio do Concílio Geral à proposta da participação de crianças na Santa Ceia, que era pouco diante daquilo que o Catecumenato Permanente pensava de vez em quando. Este visava um processo novo, com a idéia de que cada culto da comunidade eventual-

mente pudesse ser um culto de confirmação, onde alguém, em qualquer momento da sua vida, por causa do processo de ensino-aprendizagem, do confronto com o evangelho estivesse pronto para confessar a sua fé e integrar-se de modo livre, espontâneo na sua comunidade e na Igreja.

f) Menciono também a elaboração de material mais dinâmico para o ensino confirmatório, já que não se mexeu de fato na estrutura do ensino confirmatório como tal.

3. Conseqüências e Resultados sob o Ponto de Vista Pessoal e Comunitário

Já mencionei antes e devemos lembrar novamente aquelas pessoas que se interessaram, que se ocuparam com o assunto e que foram motivadas e animadas. Ainda hoje entre os líderes leigos há muitos que foram despertados pela dinâmica do Catecumenato Permanente. Também lembro leigos que individualmente tentaram orientar alguma atividade pastoral, catequética, diaconal dentro dessa proposta libertadora de valorizar a pessoa no seu ser, como sujeito da ação. O aspecto participativo da comunidade no processo de aprendizagem, onde todos são aprendizes e onde tarefas são distribuídas, também levou a que vários colegas pastores se deixassem questionar e avaliar.

Muitos resultados há a nível pessoal e individual que apontam para o fato de que a idéia do Catecumenato Permanente nesses termos, de fato, não ocorreu. Foi muito mais importante para outros do que se imagina. Cá e lá aparecem manifestações, posicionamentos, idéias, recordações daquilo que significou o envolvimento deles. Infelizmente tudo isso foi muito na base do esforço e da dedicação individual e não institucional, não eclesial, não caminhada, não processo que envolvia a Igreja toda. Será que o Concílio em Cachoeira, há 20 anos atrás, realmente sabia o que estava aprovando de fato? Será que se dava conta da dimensão revolucionária do Catecumenato Permanente? Sinal disso, na minha opinião, são as muitas resistências e barreiras que se verificavam e se criavam.

4. Resistências e Barreiras

Já aponte para o fato de que, no encaminhamento concreto da proposta, se verificavam desde o início resistências e barreiras que já foram assinaladas e apontadas por quase todos os demais painelistas. Em certas áreas regionais, por exemplo, o assunto era praticamente proibido. Lembro um desafio da época para falar sobre o Catecumenato Permanente que levava o título: "Catecumenato Permanente: Realidade ou Fantasma da IECLB?" Outros exemplos mais nesse sentido poderiam ser citados. O Catecumenato não tinha aceitação. Aparentemente a

moção aprovada no Concílio de Cachoeira era de maior profundidade e impacto do que se imaginava. Propunha uma proposta sumamente revolucionária para a época. Mexia, questionava.

a) Resistências individuais. Principalmente obreiros pastores e pastoras lutaram contra a idéia do Catecumenato Permanente. Sentiram-se questionados em sua postura pastoral, na sua concepção de ministério e de prática pastoral. Pessoalmente se sentiam ameaçados em sua identidade pastoral. A idéia do processo do discipulado, da caminhada, do ser sujeito, da comunidade encarregada do projeto de Deus era duro demais dentro de todo um processo formativo teológico. Dizer que a comunidade de fato era detentora do ministério e a tarefa do pastor era a de equipar, treinar, motivar e fortalecer os membros para a realização dos seus dons, isto era difícil. Dizer que a comunidade era incumbida de realizar o culto a Deus neste mundo — tudo isso mexia demais com a cabeça do pastor. Ele se sentia inseguro. Alguns presbíteros e lideranças comunitárias também. Para eles também não era fácil aceitar as idéias inovadoras da comunidade a serviço, da comunidade em sua função instrumental, da mudança na dinâmica do ensino confirmatório e da confirmação, da compreensão do papel do pastor. Certamente nós, os próprios promotores, na época não nos demos suficientemente conta de que trabalhar a proposta na velha estrutura da paróquia não seria muito bom. Não seria fácil e certamente não teria êxito fácil. Parece que aí está o real problema da não-penetração da idéia do Catecumenato Permanente na IECLB. Era demasiadamente revolucionário, mexia demais na própria estrutura da IECLB.

b) Resistências estruturais. Muitos resistiram e se fecharam para a proposta porque perceberam a profundidade da mesma sob o ponto de vista estrutural. Não significava apenas uma nova proposta de ordem pedagógica para o ensino confirmatório, mas representava uma nova forma de ser, pensar, viver Igreja. Propunha um novo modelo de comunidade, um novo modelo de Igreja, um novo jeito de se viver. Principalmente pessoas da Direção da Igreja e da Secretaria Geral viram a profundidade revolucionária da proposta. Concordava-se com a necessidade de reformas na IECLB, mas não com mudanças tão radicais. Em função disso foram desenvolvidas resistências em formas de fraco e inexpressivo apoio e congelamento de pessoas, deixando-as isoladas. Nesse sentido lembro como exemplos concretos dois momentos decisivos.

Primeiro, o Seminário do Conselho Diretor sobre o Catecumenato Permanente, em Panambi. O clima era de críticas, falta de apoio, questionamentos. Na época estava começando a penetrar a preocupação com o contexto sócio-econômico do Brasil, da América Latina. Para a teologia da libertação, em sua busca de um jeito novo de ser Igreja nesse contexto, evidentemente o Catecumenato era demasiadamente preocupado consigo mesmo. Propunha uma Igreja demasiadamente voltada para dentro de si mesma e não suficientemente questionadora para fora. Por outro lado, também o Movimento Encontrão não via a proposta de transformação

individual, de espiritualidade, de conversão suficientemente representada no Catecumenato Permanente.

Segundo, a carta do pastor presidente da época encaminhando o assunto aos pastores e pastoras da IECLB. Nem às comunidades e paróquias a carta foi enviada; apenas aos obreiros. Em tese esta carta dizia o seguinte: se a proposta for boa, o Espírito Santo vai desenvolvê-la, vai dar um jeito nela e ela vai trazer as mudanças. Se não for boa, vai morrer. É claro que dessa forma foi decretado de saída o seu enterro. E assim passou a ser assunto de teimosia e de persistência de indivíduos isoladamente. Faltou vontade política, faltou coragem de apostar nos sinais novos do Espírito e exigir da Direção da Igreja uma postura mais revolucionária, mais corajosa. Quem sabe, tenha faltado convicção.

Ainda sob este ponto, não posso deixar de apontar para o fato de que o próprio centro de formação teológica da IECLB, a Faculdade de Teologia, não foi suficientemente perpassado pela idéia e pela teologia orientadora do Catecumenato Permanente. Ela estava por demais preocupada com outras discussões do contexto latino-americano. No máximo o documento foi usado como estudo, como pesquisa. Lembro-me de alguns trabalhos semestrais que estudantes fizeram na área prática e que me procuravam no Departamento na RE IV. No entanto, ele não foi aproveitado, na Faculdade de Teologia, como meta, como teologia orientadora, que perpassasse todas as áreas de fé e de vivência de Igreja; que propunha uma alternativa de cunho eclesiológico; que propunha uma nova concepção de ministério pastoral.

5. Conseqüências Negativas: Centração no Pastor

Vivemos, até hoje, o período de maior movimentação e centração na figura do pastor na IECLB. Os leigos e as comunidades, por isso, criticam o pastorcentrismo e a conseqüente fraca participação dos leigos.

Outra conseqüência: a estrutura da Igreja demasiadamente centralizadora. Ela se centralizou, centralizou as suas decisões, inchou e cansou. Além disso, o próprio modelo de Igreja, de paróquia e comunidade centrada no pároco é inadequado para a época e para os desafios missionários de hoje.

6. Conclusão

Termino perguntando por algum sinal de esperança. Vinte anos após, o Concílio sob o tema “Somos Igreja! Que Igreja Somos?” eventualmente tentará recuperar esse déficit de cunho eclesiológico da IECLB. Que Igreja somos? Que Igreja queremos ser ou devemos ser para os próximos tempos? Como construir,

como contribuir para que o documento sobre o Ministério Compartilhado a ser discutido e decidido nesse Concílio retome questões centrais do próprio Catecumenato Permanente? Da mesma forma, parece-me oportuno que o Concílio deva manifestar-se quanto à proposta de reestruturação da IECLB. Será que são sinais, será que é um processo de maturação necessário? Ou será que mais uma vez a IECLB não vai ter coragem de ir a fundo para permanecer na superfície? Esta é a pergunta. Parece que não é mais possível fracassar uma segunda vez.

Huberto Kirchheim
Rua Senhor dos Passos, 202 — 4º andar
90020-180 Porto Alegre — RS